

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente — Wilson Fortes;

1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)

1.º Secretário — Ivo Thomazoni

2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva

3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)

4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)

Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência. SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência. SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência. SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotio Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO N. 305-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.596-72, de 18 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

- I — revogar o Decreto Legislativo n.º 266-72, de 30 de maio de 1972 ;  
 II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Iracilda Silva Sertório, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 306-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.405-72, de 16 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Yone Chaves Caprilhone, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de cinco (05) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1966, 1967 e quinze (15) dias de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 307-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.978-72, de 30 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Lazaro da Silva, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 308-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.418-72, de 12 de junho de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

- I — Revogar o Decreto Legislativo n.º 218-71, de 23 de abril de 1971, que concedeu auxílio para compensar diferenças de caixa, na parte que se refere ao funcionário Ronaldo Baptista;  
 II — Conceder o auxílio para compensar diferenças de caixa, de que trata o Art. 201, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, fixando-o em cinco por cento (5%) sobre o valor dos respectivos vencimentos básicos, aos funcionários Williams Rolando Romanzini e Ayned Reinert Tizzot, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 309-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.782-72, de 23 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Almir Santos, ocupante do cargo de nível "PL-27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 23 de fevereiro de 1972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 310-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.466-72, de 17 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 251 e § 1.º, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Lucia Maria Veiga, ocupante do cargo de nível "PL-19" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, ora à disposição da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, licença para frequentar o Curso de Desenvolvimento da Comunidade, na Capital da República, organizado pelo Ministério do Interior, no período compreendido entre 02 de maio e 10 de julho de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 311-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.484-72, de 17 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 240, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Valter Antonio Marchiorato, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, dois (02) anos de licença para o trato de interesses particulares.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 312-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.764-72, de 23 de maio de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

atribuir gratificação de função correspondente ao símbolo F-2, a partir de 18 de abril de 1972, à funcionária Elza Carneiro Camargo, por estar exercendo as funções de Secretário da Comissão de Saúde Pública.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
 a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
 a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata da 90.ª Sessão (Extraordinária)

## Realizada em 27 de Junho de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Domício Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Álvaro Dias, Antônio Beinatti, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Aguiinaldo Pereira Lima, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, João Mansur, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Pinto Dias e Sebastião Rodrigues Júnior. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 48-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 94-69, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Pirai do Sul, para construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município com a Rodovia PR-11. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 28, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 47-72.  
 Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata da 91.ª Sessão Ordinária

## Realizada em 27 de Junho de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Álvaro Dias, Antônio Beinatti, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Aguiinaldo Pereira Lima, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, João Mansur, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Luiz Roberto Soares, Pinto Dias e Sebastião Rodrigues Júnior. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.



O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:****Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Bim, ocorrido em data de ontem nesta Capital.

Solicita ainda que da decisão do Plenário seja dada ciência a Família entulada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) — Erondy Silvério

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requero que a Mesa, com a devida aprovação do Plenário, consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ari Barbosa Carneiro, ocorrido em Ponta Grossa.

O extinto, membro de tradicional família paranaense, ex-Prefeito Municipal de Dr. Cândido de Abreu, nas diversas funções que exerceu, teve longa fôlha de serviços prestados à nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) — David Federmann

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

Requer, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Dr. Ozias Algauer, digníssimo Delegado de Ordem Política e Social no Paraná, pelo recebimento merecidamente da medalha "Mérito de Tamarandé" outorgada àquele ilustre homem público pela Marinha de Guerra do Brasil.

E de todos conhecida a atuação objetiva e profícua que o Dr. Ozias Algauer vem mantendo frente à Delegacia que dirige, não só o Paraná mas no Sul do Brasil.

A outorga de tal honraria vem de encontro ao grande conceito, admiração e respeito que o homenageado desfruta em todas as camadas sociais.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Comandante da Unidade Naval, Almirante José da Silva Sá e ao Homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1972.

(a) — Igo Losso

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserida na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto e congratulações ao Dr. Hélio Brandão pelo recebimento do "Pinhão de Ouro" laurea que anualmente é outorgada pela União Cívica Feminina às personalidades que se destacam no trabalho pelo desenvolvimento da comunidade curitibana;

2.º — seja, desta decisão, dada ciência através de expediente, ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) — João Fadel

**JUSTIFICATIVA:**

O Doutor Hélio Brandão vem de ser agraciado com o "Pinhão de Ouro", laurea que a União Cívica Feminina em promoção conjunta com a Prefeitura Municipal de Curitiba outorga anualmente às personalidades que, por sua atuação no campo do bem-estar social promovem o desenvolvimento da comunidade curitibana.

A escolha veio fazer justiça ao trabalho anônimo que o Dr. Hélio Brandão que diurnamente à frente do Clube da Soda, entidade mantida pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e que funciona anexo ao Hospital Nossa Senhora das Graças, vem emprestando sua benemerita dedicação no tratamento de crianças vítimas da estenose. Somente o idealismo do Dr. Hélio Brandão é que possibilitou a criação e funcionamento do Clube da Soda, entidade pioneira e única no Brasil e que propicia às pequeninas vítimas de ingestão accidental de soda cáustica a possibilidade de cura, independentemente da classe econômica de seus pais.

O Dr. Hélio Brandão é ainda figura humana de notável valor, pois além de sua dedicação apostólica à causa das crianças vítimas da estenose ainda encontra tempo para cultivar a música clássica, tendo sido, ainda como estudante, um dos fundadores da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná e hoje um de seus principais incentivadores.

Nascido no Estado de Mato Grosso tendo estudado e se diplomado em Curitiba, fez do Paraná seu Estado de adoção, aqui por vocação escolheu. O Dr. Hélio Brandão integra hoje a seleta galeria dos filhos ilustres de Curitiba e, por isso, os nobres Deputados reconhecendo a justiça da homenagem lhe prestada pela União Cívica Feminina entenderão também oportuna esta proposição dando-lhe o honroso e indispensável apoio.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Dr. Mário Machado Lemos por sua nomeação e posse no cargo de Ministro da Saúde, ontem registrada.

2.º — Seja, desta decisão, dada ciência através de expedientes da Assembléia Legislativa àquele ilustrado homem público e ao Exmo. Sr. General Emílio Garrastazú Médici, DD, Presidente da República Federativa do Brasil.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) — João Fadel

**JUSTIFICATIVA:**

O Exmo. Sr. Emílio Garrastazú Médici, digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil empossou, ontem em Brasília, no cargo de Ministro da Saúde o médico Mário Machado Lemos que, até à data de sua nomeação ocupava a Secretaria de Saúde Pública do Estado de São Paulo, em segunda gestão.

A escolha do Dr. Mário Machado Lemos para o Ministério da Saúde foi

uma decisão inspirada e tomada em dia feliz pelo Exmo. Sr. Presidente da República, pois o novo Ministro é portador de nome de ressonância internacional tendo, inclusive, ocupado função diretiva na Comissão de Saúde das Nações Unidas na qual suas teses e projetos de medicina preventiva para comunidade em desenvolvimento visando a redução do custo social da saúde pública foram aceitas com elogios e adotadas pela imensa maioria das nações que integram aquele órgão.

Retornou ao Brasil para ocupar a Secretaria de Saúde Pública do Estado de São Paulo, onde na primeira gestão, conseguiu planificar a atuação do setor nos termos de seu entendimento quanto ao desempenho do serviço público na aplicação da medicina preventiva e, na segunda gestão, da qual agora se afasta, realizar todo um grandioso projeto de saúde pública que atingiu a todas as áreas geo-sanitárias do Estado paulista.

A frente do Ministério da Saúde certamente o Dr. Mário Machado Lemos irá executar em escala nacional seu programa de medicina preventiva e recolocar o Ministério de Saúde naquela posição de preeminência que deve ter no contexto administrativo federal.

O Ministro Mário Machado Lemos é pessoalmente ligado ao Estado do Paraná por laços de família e já teve como oportunidade de aqui residir como médico do Departamento Nacional de Endemias Rurais, daí porque entendemos ser oportuna a presente proposição porque, prestando justa homenagem ao ilustre Ministro recém empossado lembra-lo-á, também, que o Paraná reivindica para si o privilégio de contar com um amigo na pessoa do Dr. Mário Machado Lemos.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão registro do Centenário de Nascimento do Dr. Eurides Cunha, ex-Deputado Federal; ex-Prefeito Municipal de Curitiba; ex-Vice-Governador do Estado e ex-Governador do exercício do Paraná que em data de hoje transcorre.

2.º — Seja, desta decisão, dada ciência através de expediente desta Assembléia Legislativa à Família do ilustre homem público cuja memória reverenciamos, nas pessoas de seus filhos Drs. Rui Cunha e Renato Cunha.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) João Fadel

**JUSTIFICATIVA:**

Em data de hoje vemos transcorrer o Centenário do nascimento de um paranaense que, ao seu tempo, soube ser na vida pública um exemplo de dedicação e probidade no exercício dos vários cargos que desempenhou e engrandeceu pelo trabalho em favor do Paraná. Trata-se de Eurides Cunha, advogado, Deputado Federal — Líder da Bancada Paranaense na Câmara Federal, Prefeito Municipal de Curitiba, Vice-Governador e Governador em exercício do Estado do Paraná.

Eurides Cunha, nascido em Campo Largo ainda jovem foi enviado por seus pais a São Paulo onde, aos 20 anos de idade, conquistou o diploma de bacharel em direito pela tradicional Faculdade do Largo São Francisco. Retornou à província estabelecendo sua banca de advocacia e simultaneamente dedicando-se à política com raro espírito de visão da realidade social de então, o que lhe valeu de imediato a ascensão aos elevados cargos e o respeito dos velhos chefes políticos que viam no ativo político um elemento de escol para orientar o partido opositorista em luta então pela implantação da República. Durante vinte anos Eurides Cunha foi o Líder opositorista na Província até que viu sublimado seu ideal. A partir de então e por outros vinte anos militou nas hostes governistas que ele ajudava a eleger e no Governo, nunca desmentiu seu passado de Oposição. Foi sempre coerente e impressionava mesmo seus adversários pela lealdade com que exercitava o mister político, conseguindo o respeito e admiração de todos seus conterrâneos. A Revolução de 1930 encontrou como Prefeito Municipal de Curitiba onde realizava obra de vulto foi o primeiro prefeito a asfaltar rua, e, em fidelidade aos seus princípios renunciou ao cargo e retirou-se para a vida privada, dedicando-se ao trato de seus interesses particulares inteiramente descurados durante sua vida pública.

Deixou uma nobre descendência, sendo que seus filhos hoje ocupam posições de destaque nas diversas esferas da comunidade paranaense.

Como homem público, por seu acendrado amor ao Paraná e pela sua dignidade e honradez no exercício dos vários cargos a que foi levado ocupar sua memória merece ser reverenciada por todos quantos entendemos ser dever do presente exaltar os vultos grandiosos do passado para que, possam seu trabalho e seu idealismo servirem de exemplo para as gerações futuras.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e terão por justa e oportuna a presente proposição dando-lhe, por isso, seu honroso e indispensável apoio.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Os acidentes de trânsito na Capital e os desastres pavorosos nas rodovias, estão constantemente a roubar vidas preciosas e a inutilizar homens e mulheres para o resto da vida.

Urgem providências. Por isso, no desejo de colaborar, aproveito o conhecimento, a prática, o bom senso dos Deputados, propomos a criação de uma Comissão Especial para estudar e apresentar dentro de 15 dias um plano de emergência para suavizar esse problema doloroso que vem trazendo lágrimas e sofrimentos às famílias.

A Comissão deverá ser composta por 3 parlamentares, sendo 2 da ARENA e 1 do MDB.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Dr. João Denzino Puppi, Mui Digno Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, apelo no sentido de que seja determinado o cumprimento a sentença dada no Processo n. 1537-68, a qual diz respeito ao pagamento de vantagens ao pessoal daquele Departamento que presta serviços no "Ferry-boat" em Guaratuba.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) Nelson Buffara

**PROJETOS DE LEI:****Projeto de Lei n. 97-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede na Capital do Estado.



Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 20 de junho de 1972.

(a) Maurício Fruct

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 8 de outubro de 1968, a Escola de Pais de Curitiba, vem durante os seus quatro anos de existência, promovendo o "Círculo de Pais", em que leva seus participantes à verdadeira harmonia conjugal e ao crescimento de clima propício à educação dos filhos no lar.

Grças a esta entidade pode-se comprovar o efeito entrosamento das famílias com a Escola e com a comunidade. Vários colégios vêm se beneficiando da Escola de Pais de Curitiba, conforme podemos atestar pelas declarações dos Colégios Divina Providência e Nossa Senhora de Lourdes.

Pelo que a referida entidade vem fazendo em prol da coletividade é que confiamos na aprovação do Plano de Lei em tela pelos nossos Pares.

#### Projeto de Lei n. 98-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo 1.º, do artigo 282, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado — passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — O Estado concederá facilidades, inclusive a ajuda de custo prevista no artigo 182 e seu parágrafo, ao funcionário que por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trata seja correlata à sua formação e atividade profissional no serviço público estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) Jorge Sato

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de Lei pretendemos obter as disposições contidas no parágrafo 1.º, do art. 282, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, no intuito de que seja dado tratamento uniforme a todos os casos que ali se enquadram.

Atualmente, não sendo imperativo a linguagem da Lei, não são todos os servidores que obtêm a vantagem financeira ali estabelecida.

Com a redação que pretendemos dar ao dispositivo haverá igualdade de tratamento a todos os servidores, o que se nos afigura de inteira justiça.

Essas as razões que nos movem a apresentar à consideração dos nobres colegas este Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Venho à Tribuna na tarde de hoje para dizer, ou melhor, para trazer mais uma reivindicação que fazem os cafeicultores do Paraná. Ocorre, Srs. Deputados, que crescendo em vários problemas no que tange e no que vem passando a classe produtora, principalmente os Srs. cafeicultores, ainda temos um outro fato a lamentar.

Acontece que a maioria dos produtores de café tem em suas propriedades agrícolas, máquinas para beneficiamento do produto. E de uns tempos para cá mediante uma Portaria do Ministério de Minas e Energia, passou-se a cobrar uma taxa muito grande, muito elevada na demanda dos transformadores superior em sua capacidade em 45 KVA. Desta forma, uma máquina de café, situada em lavoura cafeeira que trabalha noventa dias no máximo por ano, passa a proceder uma demanda oriunda da maior demanda verificada durante o ano. O que vale dizer que a propriedade rural paga muitas vezes um milhão de cruzeiros mensais, quando realmente nada usa e nada gasta de energia em sua lavoura.

Por este motivo é que subscrevemos e submetemos à apreciação da Casa a seguinte solicitação. (Lendo):

“Senhor Presidente:

Preocupados estão os cafeicultores do Norte do Paraná e que têm em suas propriedades agrícolas transformadores com capacidade acima de 45 KVA. As Empresas concessionárias cobram segundo Portaria de número 211 do Ministério de Minas e Energia uma taxa de “demanda” mesmo quando durante meses e meses na entressafra o consumo seja praticamente zero. Desta forma, a propriedade rural assim servida, deixa de ser considerada como consumidor rural para ser transformado em “industrial”. Baseado nessa Portaria a Companhia Hidro Elétrica de Paranaapanema, que é a empresa que serve minha região cobra 85% sobre a maior demanda registrada durante o ano, muito embora o consumidor rural fique com suas máquinas paradas durante 8 a 9 meses anualmente. A preocupação é geral por parte dos agricultores que passam a pagar uma importância excessivamente alta durante o ano todo, sendo que a maior parte dos meses usa somente energia para consumo doméstico. Temos em mãos cópias de alguns recibos, onde deixa bem claro os números.

KVA consumido — 1.400 — importância a pagar 884,50;

KVA consumido — zero — importância a pagar 856,96;

KVA consumido — zero — importância a pagar 642,72.

Pelos motivos acima expostos e na certeza de que uma análise mais profunda da situação dos consumidores de energia elétrica em zona rural, trará maior estímulo ao incentivo do programa de eletrificação rural em que se empenha o Governo Federal, é que submetemos à consideração dos ilustres Deputados a solicitação de ser concedida maior faixa de isenção aos consumidores de energia elétrica.

Sala das Sessões em 27 de junho de 1972.

(a) Rosário Pitelli

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença do Sr. Prefeito Municipal de Astorga.

Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é de hoje que Londrina através de seus representantes do âmbito estadual ou municipal, vêm reivindicando melhores condições para a manutenção da ordem e da segurança pública. Londrina, com seus 280 mil habitantes, a terceira cidade do Sul do País, é uma metrópole desprotegida, desprotegida pela segurança pública do Estado. O que assistimos em Londrina, e a da configuração da descaracterização de uma das funções primordiais do

Estado, do Governo, que é a segurança e a ordem pública: substituí-se delegados, troca-se Secretários de Segurança Pública e a situação permanece a mesma em Londrina. O crime campeia desenfreadamente; assaltos de toda a natureza.

Londrina, centro de uma região das mais ricas do continente. Centro econômico, político e social daquela região, tem sido também um centro onde marginais escolhem para satisfazerem seus anseios de criminalidade. A Delegacia local não possui a melhor condição para um tratamento humano ao detento; ela configura justamente o contrário do que deve ser uma prisão; a finalidade da prisão, de punir mas que sobre tudo, recuperar o detento, em Londrina isto é impossível. Há pouco tempo o Poder Judiciário fez uma visita à cadeia pública de Londrina; ficou estarrecido com as condições de higiene, de saúde, com as condições materiais, para a manutenção da ordem e da segurança daquele Município.

Londrina está pleiteando o serviço de Rádio Patrulha. A Câmara de Vereadores por diversas vezes se manifestou; enviou Comissão à Capital do Estado. Procurou o Secretário de Segurança e o Sr. Governador do Estado; os seus assessores municipais; O Prefeito procurou dar uma contribuição fundamental e cfereceu à Secretaria de Segurança Pública, a verba que pertencia ao Município de Londrina, relativa à Taxa Rodoviária que pertencia ao Município, do ano de 1970. E nós, atendendo a um pedido da Câmara de Vereadores de Londrina, encaminhamos há algum tempo, através do Sr. Secretário da Fazenda, um pedido, solicitando a liberação da parcela pertencente ao Município de Londrina, referente ao primeiro semestre do ano de 1970, para que o Serviço de Rádio Patrulha fosse implantado naquele Município.

Eis a resposta do Sr. Secretário da Fazenda:

“Cabe-me esclarecer sobre o assunto que as parcelas relativas aos Municípios, oriundas da Taxa Rodoviária única referente ao primeiro semestre de 1970, estão sendo apuradas e serão liquidadas dentro das disponibilidades financeiras do Tesouro”.

E inconcebível. Quando o problema é de urgência há esta monotonia, este drama em sua solução. Verbas de 1970 ainda estão sendo apuradas pela Secretaria da Fazenda e sua liberação somente se dará quando o Tesouro do Estado estiver em condições.

Mas a responsabilidade do Município para com o Estado, não se procura saber quando ele está em condições de cumprir com suas responsabilidades.

Ele deve e tem que cumprir com sua responsabilidade, mas o Estado não cumpre com sua parte. O problema é gravíssimo e Londrina tem enfrentado sérios problemas. O fator criminal é problema, portanto, de urgência. Não compreendemos e criticamos, por esta razão, a atitude do Governo do Estado através da Segurança Pública. O Município procura dar uma contribuição num campo que não lhe pertence, para resolver o problema de sua população e nem mesmo assim encontra eco e sensibilidade no órgão governamental.

É lamentável que isto aconteça justamente numa região de grande importância para a economia e o desenvolvimento do Estado, Estado em empobrecimento conforme dados corajosamente apontados pelo Governador Parigot de Souza. E Londrina é o ponto primordial para que o Estado procure sua arrancada desenvolvimentista, procurando sair do atraso em que se encontra atualmente, sendo superado por Santa Catarina na corrida desenvolvimentista.

Não compreendemos, porque segurança e ordem são fatores importantes para progresso e desenvolvimento. Sem ordem e sem segurança não haverá progresso e nem desenvolvimento.

Obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela gentileza em permitir que ultrapássemos o tempo regulamentar.

O SR. PRESIDENTE — A pedido do Deputado Domicio Scaramella.

O SR. ALVARO DIAS — Obrigado ao Sr. Secretário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta Tribuna, hoje, mais por um dever de solidariedade humana do que por acreditar que resolva falar. Há um ano e meio estamos aqui, temos falado, apelado, criticado em nome do povo do Paraná, que representamos. Mas a surdez do Governo é uma coisa impressionante. Ou o Governo não lava os ouvidos ou é realmente surdo de nascença. No primeiro caso denota falta de higiene e no segundo um defeito congênito e nos dois casos há necessidade de se atender com urgência.

Pergunto aos Senhores que estão sentados aqui qual ficaria insensível ante um quadro triste, deplorável de um homem, no exercício de seu trabalho, ser apanhado pela fatalidade numa das estradas de nosso Estado.

E, embora do veículo, tendo parte dos membros já separados do corpo, mas com vida ainda, a gemer, a apelar para o Santo de sua devoção, a implorar que o Santo não lhe tire a vida, pois, em casa, ficaria a esposa, os filhos, e, na agência a prestação do veículo a pagar. E, ali, em volta dele, centenas de pessoas e guardas de trânsito. Guardas de trânsito, com lágrimas nos olhos, porque são humanos também, e não tinham meios para tirá-lo debaixo do caminhão. E por que? Porque aquele posto não tem sequer um guincho. Aliás, existe um guincho, velho, antigo e sabem porque não estava lá? Porque o Estado do Paraná não tem gasolina, e não tem crédito para comprar gasolina e atender uma pessoa que sofreu um acidente na estrada. Esse guincho também não tem pneus.

Esta é imagem deste Estado do Paraná, onde um povo contribui com seus impostos, mas que não tem gasolina para socorrer aqueles que são acidentados. E poderia ser qualquer um dos ilustres Deputados, que viaja a 130 Km. por hora, nas estradas. Poderia ser qualquer um de nós ali, prensados sob os ferros. E aqui estamos a pedir providências quando nós somos as figuras políticas mais desmoralizadas, porque estamos aqui para, nada mais, do que levarmos bofetões do próprio Governo. E os guardas de trânsito, sem meios para arrancar aquele que ficou sob os ferros de um caminhão, sem instrumentos adequados.

Isso não pode continuar.

Venho relatar este fato por um dever de solidariedade humana, mas não creio que o mesmo chegue aos ouvidos do Sr. Governador. Se tivéssemos aqui, um telefone direto para o Palácio do Governo, eu o ligaria para que o Sr. Governador ouvisse minhas palavras. Porque, o DER tem dinheiro para pagar reuniões em Foz do Iguaçu, para visitarem o Cassino, no outro lado do Rio. Mas, não tem dinheiro para comprar guincho, alavanca gasolina. E as próprias máquinas do DER estão paradas, porque não há dinheiro para consertá-las. E as estradas continuam esburacadas.

Eis, lamentavelmente, o cenário de nosso Estado.

Sr. Presidente, muito obrigado. Espero não voltar novamente a ocupar



esta Tribuna — porque vim a contragosto — outra vez, para relatar fator desta natureza, sem estabelecer um diálogo com os Srs. Deputados, porque, nesta oportunidade, não se concede apartes. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, gostaríamos, desta Tribuna, ter algumas considerações a respeito da visita dos jornalistas que dão cobertura à Assembléia Legislativa, na semana passada, à cidade de Londrina.

Os profissionais da Imprensa, José Joaquim, Divonei Campos, Camargo, Maravalhas, e a Chefe da Divisão de Relações Públicas, dra. Myrthes, estiveram em caravana, honrando a cidade de Londrina, com uma visita, queremos crer, bastante proveitosa para a nossa cidade. Foram eles convidados especiais do Prefeito Dalton Paranaíba, porém, a recepção não ficou restrita apenas à Prefeitura. Tanto é verdade que a Companhia Serejeira Skoll, Companhia Cacique de Café Solúvel, que a Televisão Tibagi e a Superintendência do Desenvolvimento Industrial de Londrina, fizeram questão de receber, também, os jornalistas e comentaristas políticos da Assembléia que visitavam aquela cidade.

Em nome do Prefeito Dalton Paranaíba, queremos expressar nossos agradecimentos por essa honraria concedida a Londrina, que teve o privilégio de hospedar, de sexta-feira à noite até a manhã de segunda-feira, esses companheiros que levam ao Paraná e ao Brasil o noticiário do Poder Legislativo do Paraná.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordou o nobre Deputado Nivaldo Krüger o abandono de nossas rodovias, cuja tese vem de encontro ao nosso parecer, de que o DER, deve, com urgência, colocar ambulâncias nos postos fiscais para o atendimento mais perfeito daqueles motoristas que se acidentam em nossas estradas.

Comentava o nobre Deputado Alvaro Dias o problema policial de Londrina, cidade que está, realmente, desassistida.

Complementando o que disseram os dois parlamentares, gostaríamos de voltar a cobrar do Governo uma promessa feita há mais de um ano por um ilustre Deputado da ARENA que anunciou que nossas reclamações não tinham mais razão de ser, que elas seriam prontamente atendidas. Referiamos-nos aos Grupos Escolares de Londrina que estão em precário estado de conservação, em alguns é deplorável a situação da Casa escolar. Hoje, com a reforma do ensino, com adaptações que o Governo vem promovendo no campo educacional, tem se procurado, nas grandes comunidades, dar o melhor aspecto possível aos estabelecimentos de ensino.

No entanto, na cidade de Londrina, a criança ao chegar a escola vai encontrar uma paisagem pouco atrativa, no Grupo Escolar as paredes gritando por uma pintura, com o telhado da escola em péssimas condições, chovendo dentro, o quadro negro precisando ser trocado, os vasos sanitários entupidos, as torneiras paradas, porque não há água, as carteiras quebradas. Enfim, sem as mínimas condições para a educação de milhares de crianças, somente na cidade de Londrina.

Em Londrina nós não temos, como em Curitiba, dentistas no próprio Grupo Escolar, o que seria o ideal para o atendimento dessas crianças, filhas de pais pobres que não podem ter o privilégio de um tratamento dentário, — que não fica barato. A solução seria a Secretaria de Educação e Cultura, dando seguimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido em Curitiba, colocar, também, em cada cidade um dentista do Governo para atendimento dessas crianças.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentar que há mais de um ano, depois de termos solicitado desta Tribuna tendo, inclusive, apresentado requerimento à FUNDEPAR pedindo urgentes reformas nos Grupos Escolares de Londrina, apesar dos anúncios que foram feitos, até agora o Grupos continuam cada dia em pior situação, cada dia apresentando aspecto cada vez menos acolhedor. É preciso reformar os Grupos para que a criança saia de casa animada e alegre porque vai estudar, porque vai ser alfabetizada num Grupo Escolar bastante acolhedor.

Era o que tinha a dizer, desejando que o Governo do Estado, através da FUNDEPAR, dê imediato atendimento a esta solicitação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na impossibilidade regimental de apartar o orador no Pequeno Expediente, venho à Tribuna, aproveitando os poucos minutos que são destinados a este espaço, para falar alguma coisa a respeito do que disse, há pouco, o ilustre Deputado Nivaldo Krüger.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia em que temos a obrigação de sair por estas estradas, é como se fôssemos para o Vietnã ou coisa semelhante.

Talvez tenha morrido mais gente sob as rodas de automóveis do que nas Revoluções armadas que este País já teve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sexta-feira última quando me dirigia a Irati, neste trecho de estrada de Curitiba a Ponta Grossa, a pessoa que me acompanhava teve a curiosidade de contar o número de veículos que passava; foi num total de 67 fora os trinta e tantos veículos que se encontravam em minha frente.

Agora que se pede que o Paraná dobre sua produção agro-pecuária, que se pede que o Paraná dobre sua exportação pelo Porto de Paranaguá, fico pensando se daqui um ano será possível viajar nessas estradas. Será preciso exatamente um minuto para cada veículo neste trecho de Ponta Grossa a Curitiba; serão 60 veículos por hora para que se possa dar o escoamento à produção que se pede. Em razão disto, então, urge que providências sejam tomadas.

A Patrulha Rodoviária não mais pertence ao DER. Hoje está integrada à Polícia Militar do Estado. É necessário apresentar urgentemente um plano de emergência, não a longo prazo, para a solução do problema. E como o Legislativo não deve ser apenas uma "Casa de Lamentações" onde seus integrantes vêm à Tribuna apenas apontar as falhas, sem apresentar soluções.

Eu quero pedir aos meus ilustres colegas, de ambas as Bancadas: — vamos constituir uma Comissão de três membros para apresentar um plano, dentro de 10 a 15 dias, um plano exequível dentro das possibilidades e dentro da realidade paranaense. Será uma contribuição do Legislativo para o Executivo, será uma contribuição dos Deputados, que mostrarão assim que apenas não sabem falar, mas, sabem também agir, sabem também trabalhar, sabem pen-

sar, programar e executar planos, para a felicidade e tranquilidade do povo paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Paulo Poli, inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em meados da semana passada, estivemos presentes à solenidade de inauguração, na torre repetidora da TV Iguaçu Canal 11, torre esta instalada em Marechal Cândido Rondon.

Realmente foi uma tarde festiva; o povo todo presente, a cidade encontrava-se engalanada, era mais uma utilidade que servia aquele laborioso povo. Era a TV Iguaçu Canal 11 que estava levando a sua imagem e através desta a sua mensagem àquela gente e aquele povo. O ambiente que reinava em toda aquela região era de verdadeiro euforismo.

Isto durou apenas algumas poucas horas, eis que, quando o povo todo encontrava-se reunido na sede da Comarca, como também na sede dos Distritos onde Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal mandara, na véspera, instalar um aparelho de televisão para que toda aquela gente assistisse aquela inauguração e ouvisse a mensagem do próprio Prefeito Municipal, cujo "tape" havia sido gravado na véspera, em Apucarana, qual não foi a nossa surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando, no exato momento em que o brilhante jornalista Araquem Távora anunciava que naquele instante iríamos ver e ouvir o vídeo, e através deste a mensagem de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal, ato contínuo a luz foi cortada em toda aquela região.

A decepção foi grande e a revolta foi violenta; o ambiente parecia mais uma praça de guerra, o povo revoltado, autoridades ali presentes inclusive Sua Excelência o Promotor Público da Comarca, à luz de velas faziam o seu protesto e nós fazíamos coro a aquele protesto.

Infelizmente, não podemos provar aqui quem teria sido o autor ou quais os autores daquele atentado, mas tudo nos leva a crer que um grupo de subversivos, infelizmente ainda radicados naquela localidade teria comandado aquela baderna, aquela sabotagem, aquele trabalho, aquele serviço, tipo de obras de elementos componentes da esquerda. Há dias passados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais desta Capital estampavam em manchete notadamente o Estado do Paraná, acusações que se faziam ao antigo grupo da Ciroa, eis que as autoridades, no pedir a prisão preventiva dos elementos que comandados por estes líderes locais fizeram aquela verdadeira barbaridade. Como é do conhecimento do público, esta empresa foi fundada com a finalidade específica de lesar, a boa fé dos colonos, que estão sempre prontos a colaborar. Elementos que dirigiam aquela empresa, corriam todo o interior do Município, todos os colonos, solicitando que os colonos assinassem promissória que seriam descontadas em importâncias, segundo dizem, entre três a quatro milhões, para a formação daquela empresa e aqueles colonos receberam em contra partida, ações ou documentos comprobatórios. Posteriormente, aquelas promissórias e recibos assinados foram adulterados para vultosas importâncias de 20 e 30 milhões, levando alguns daqueles colonos até ao suicídio. O Banco do Brasil fez mover um inquérito para apurar as responsabilidades jurídicas, o contador do Banco do Brasil da cidade de Toledo foi posto na rua, mas aquele grupo que comandava esta empresa trocou o nome da Ciroa por uma outra. O Banco do Brasil cortou o crédito desta nova empresa liderada por este grupo. Formou-se um novo grupo e assim por diante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto nós pretendíamos provar, são os mesmos elementos que fizeram este serviço de sabotagem há dias passados, quando o Prefeito Dealmir Selmiro Poersch era acusado de participar daquele crime. O crime que aquele cidadão cometeu foi o de não participar daquela barbaridade, daquele crime que se comentava contra os colonos. Fomos a Marechal Mallet e Foz do Iguaçu, falamos com o Comandante de Fronteira. Lamentou Sr. Exa. o fato ocorrido em Marechal Cândido Rondon. Felizmente encontramos também lá, Sr. Coronel Percio Ferreira e estamos aguardando que o Delegado Regional num relatório nos comunique as providências cabíveis. O que vimos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma série de ocorrências lastimáveis em todo o Estado e se isto continuar o crime continuar é um clima propício realmente ao Estado do Paraná para a fixação de grupos comunistas.

Dai, queremos deixar aqui a nossa repulsa o nosso repúdio contra maus brasileiros que nestas ocasiões praticam tais barbaridades.

Voltamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com documentos para que esta denúncia uma vez apurada em Marechal Cândido Rondon, os responsáveis, que vão à frente porque não é sabotando uma estação de televisão, que se consegue alguma coisa.

Porque afinal de contas, o que vemos hoje através do rádio e da imprensa falada e televisada, é educação, é instrução, é vontade de construir, e não é com estes métodos que vamos conseguir êxito em nossos objetivos. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rememorar a atuação de homens ilustres, que demonstraram o seu amor ao Paraná, é sempre uma missão da qual nos desencumbimos com especial reverência. Quando, no entanto, cumpre ressaltar o trabalho de quem já ocupou uma cadeira nesta Casa de Leis, e diga-se de passagem, por mais de uma legislatura, e de um homem público que chegamos a conhecer e admirar, o Dr. Eurides Cunha, assomamos a esta Tribuna com o entusiasmo inescondido de quem cumpre não uma missão, mas sim um preito de reconhecimento que é feito em nome da grande parcela de paranaenses que aqui representamos.

Os dados coligidos, nós os obtivemos por intermédio de um amigo comum, o desembargador Athos Morais de Castro Veloso, pois os filhos do homenageado, na modestia que lhes transmitia o honrado pai, seriam incapazes de provocar qualquer demonstração desta natureza, muito embora, estamos certos, partindo ela de amigos de seu saudoso genitor, a recebam com carinho e reverência.

(Lendo): "EURIDES CUNHA, filho do Cel. Domingos Antonio da Cunha, e de sua mulher D. Maria Núncia Oliveira Portela da Cunha, nasceu em 26 de junho de 1872, em Itaquí, Município de Campo Largo, Estado do Paraná.

O Cel. Domingos A. da Cunha, era, a este tempo, importante industrial de erva mate, comerciante e pecuarista, com suas instalações à margem da Província do Paraná com Curitiba e o Porto de Paranaguá. Além disso, preocupava-se com assuntos de interesse público, militando como destacado membro do Partido Liberal, chefiado na Província pelo Dr. Jesuino Marcondes, sendo por isso muitas vezes chamado a exercer a direção do Executivo Municipal de Campo Largo e a tomar parte na Assembléia Provincial como Deputado.

Quando das visitas do Conde D'Eu e de D. Pedro II ao Paraná, coube-lhe



a honra de hospedar em sua casa os visitantes reais, na passagem dos mesmos pela sua cidade.

As primeiras letras, Eurides Cunha, irmãs e irmão aprenderam com professora particular, uma senhorita de nacionalidade inglesa Ida Rodebach mencionada nas memórias que deixou para seus descendentes, com palavras de carinho e agradecimento.

As humanidades, fê-las em Curitiba. O Curso Superior de Direito, tirou-o da escola do Largo S. Francisco, saindo formado em 1894.

A situação política do Estado, perturbada com a proclamação da República e a Revolução Federalista, as tropas de um e de outro lado dando prejuízo aos criadores de gado e aos comerciantes, eis o ambiente do Paraná na época. Era neste ambiente que cumpria ao jovem advogado começar sua vida. Foi atraído pela política e, por diversas vezes, exerceu o mandato de deputado estadual. Na advocacia associou-se ao Dr. Conrado Erichsen, ex-desembargador e homem considerado pela correção e saber jurídico. Casou-se em 1899 com D. Maria José Vieira da Costa Cunha, filha de Carlos Vieira da Costa e D. Zélie Freitas Vieira da Costa, ele delegado do Tezouro Federal no Estado.

Estava assim, em condições de abrir seu caminho contando com o apoio dos parentes e amigos, quando lhe sobrevem o contra-tempo que o obriga a mudar sua carreira. Começa a perder rapidamente o sentido da audição. Não existiam aparelhos auditivos. Passa dois anos reaparelhando e fazendo produzir os ervais que o pai possuía em Campo Largo. Daí muda-se para Jaguariaíva onde vai cuidar da fazenda Samambaia, juntamente com Capistrano Cunha, seu irmão. São sete anos de luta, negociando sem poder ouvir, nervos a flor da pele, já com seis filhos, os mais velhos precisando de escola. Estava-se em 1967. Sua irmã Lídia Cunha, em viagem pela Europa toma conhecimento da existência de umas ventarolas de ebonite, as quais aplicadas junto aos dentes, transmitem as vibrações do som até o ouvido interno através da arcada e do mastóide. Certa noite deste ano, em seu gabinete de trabalho recebe da Europa as tais ventarolas. Coloca uma delas encostada nos incisivos superiores, e com emoção insopitável, em um gramofone. Foi a sua ressurreição. Voltou à política, à advocacia e aos seus negócios de gado. Redobra as suas atividades. Percorre a cavalo a casa de seus eleitores. Vence as eleições em Jaguariaíva. Torna-se seu chefe político. É prefeito e deputado novamente. Em 1918, sem esperar e sem pedir é feito candidato a 1.º Vice-Presidente do Estado na chapa em que é candidato a Presidente, o Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Assumindo as funções de Presidente do Estado por diversas vezes, resolve mudar-se com a família para Curitiba, onde compra no Bairro do Portão, uma chácara e nela passa a residir.

São anos de luta. Arranja uma corcêssão para retirar 20.000 vacas de Mato Grosso. É obrigado a fazer inúmeras viagens aquele Estado. Em uma delas, descansava de um dia de trabalho numa fazenda, quando recebe um telegrama de seus amigos de Curitiba determinando que renunciasse à Vice-Presidência, porque fora incluído na chapa para deputado federal. Mais uma vez, sem pedir e sem esperar, lhe são oferecidas posições disputadas por muitos.

Na Câmara Federal é escolhido líder da Bancada do Paraná. Já, naquele tempo, a deputação federal implicava na obrigação de correr os Ministérios encaminhando e pleiteando soluções e recursos. Mas mesmo assim teve ocasião de realizar trabalhos exclusivamente parlamentares. Antes, porém, de terminar o mandato federal, com a eleição do Dr. Afonso Camargo para Presidente do Estado, é chamado a Curitiba para assumir a Prefeitura da Capital, no exercício de cujo cargo vem encontrá-lo a Revolução de 1930. E neste ponto, pôde fazer um balanço de seus quase quarenta anos de vida pública. Vinte fazendo oposição e vinte participando do governo. Durante os anos que ocupou cargos públicos efetivos foi obrigado a descuidar-se dos negócios particulares. Perdeu dinheiro em uma Serraria em São Mateus. A fazenda de gado mal povoada rendia pouco. Entrou no governo com boas economias e dele saía desprovido de recursos. Com dinheiro tomado emprestado volta a Jaguariaíva a fazer a terra criar e produzir, conseguindo ver novamente seus campos lotados lá pelos anos de 1937. Nesta época os seus doze filhos, os quais mandara para os melhores colégios do País, já estavam todos encaminhados e trabalhando.

Por sinal fomos colegas aqui na Assembléia, quando esta Casa era na rua Barão do Rio Branco, do filho do ilustre homem público que estamos focalizando, Dr. Ruy Cunha que representava a cidade de Londrina.

"As filhas todas casadas. Seu prazer era vê-los, todos os anos, reunidos na velha herdade da família. A educação que deu a eles e a instrução que lhes proporcionou, tornou-lhes fácil o caminho. Eurides da Cunha era, de tudo, homem de brio e de luta. Na política, correção e bom senso, lealdade e desprendimento, amor à causa pública. Sofria calado os desgostos, não culpava os outros. Reagia isolando-se e trabalhando mais.

Era tido como homem rico desde quando ingressou na política; no entanto, quando sobreveio a Revolução, viu-se empobrecido, porque a sua única fonte de renda, a velha Fazenda Samambaia, estava abandonada e ainda fora saqueada pelas tropas revolucionárias. Com 63 anos de idade teve que tomar emprestada a importância de 80 contos de réis para refazer a sua vida e acabar de formar os últimos três de seus doze filhos.

Nos dias da Revolução, não só afastou de sua residência, onde aguardou sem receio atitude do Governo revolucionário. Foi detido como tantos outros no Clube Garibaldi e a sua vida política foi devassada, sendo que, por coincidência, um dos elementos da Comissão de sindicância era seu inimigo pessoal desde 1914. Pagou sob protesto uma quantia irrisória e afastou-se de Curitiba por 15 anos. Em 1949 retornou, passando a residir em sua chácara situada na Avenida República Argentina-Portão.

Eurides Cunha não sabia jogar qualquer modalidade de jogo de cartas; deixou de fumar definitivamente aos 45 anos de boa qualidade nas solenidades comemorativas. Mas não era um puritano. Gostava, mesmo era do turrê e da vida campezeira da qual participava em todas as lides até a idade avançada do seu falecimento. Aos 83 anos de idade mantinha em sua chácara, como sempre, um lindo cavalo que ele mesmo cuidava, ensilhava e saía pelos arredores a passeio ou em visita aos seus amigos Professor Francisco de Azevedo Macedo, Dário Velozo, Joaquim Andrade, Carlos Dietche e outros. Muitos faleceram antes dele.

Nos dias da Revolução o que ele mais sentiu foi a perda de seu cavalo de estração e quando em conversa com seu cunhado General Eurico de Andrade Neves sempre dizia "Os gauchos me decepcionaram, gostam muito de cavalo alheio".

Faleceu em 28 em junho de 1955, na cidade de Santos, onde estava a passeio com sua querida esposa. A morte sobrevem em pleno sono, tranquila e serenamente, aos 83 anos de idade, e seu corpo foi trasladado em avião para Curitiba, onde foi enterrado. E este Deputado compareceu ao funeral, representando a Casa e levando a homenagem do Legislativo paranaense aquele que tivera cadeira nesta augusta Casa de Leis e soubera honrar a sua missão de Deputado.

O casal teve 12 filhos (10 vivos):

- 1) Eurides da Cunha, (falecido), cartorário na cidade de Ponta Grossa, casado com D. Eunice Quadros.
- 2) Maria Nuncia Cunha, casada com Antônio Diniz de Faro Sobral — advogado.
- 3) Zélia Cunha, casada com o Sr. Caio Graco de Souza Gaissler, engenheiro (falecido).
- 4) Domingos Antônio da Cunha, médico (falecido), casado com D. Zilda Teixeira (falecida).
- 5) Carlos Cunha, médico, casado com D. Laura Macedo Munhoz.
- 6) Yolanda Cunha, casada com Eurides Capistrano Cunha, fazendeiro.
- 7) Ruy Cunha, advogado.
- 8) Yone Cunha, casada com Antônio Celso Nogueira, advogado.
- 9) Yvete Cunha, casada com Paulo Emilio Guarinello, médico.
- 10) Pedro Arinos Cunha, engenheiro agrônomo, casado com D. Helena Sbroco.
- 11) Renato Cunha, advogado, casado com D. Doris Nascimento.
- 12) Marina Cunha, casada com o Dr. Caetano Côtlesse, médico.

Tendo, atualmente, uma descendência de 36 netos e 41 bisnetos".  
E esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a personalidade que nós tivemos a honra de focalizar, desta Tribuna, e que foi um brilhante tribuna, Prefeito de Curitiba e de Campo Largo, Deputado Federal, com uma folha de serviço toda ela voltada aos interesses de nosso Estado. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, ouvimos o brilhante discurso do nobre Deputado Armando Queiroz a respeito dos problemas da COPEL.

Hoje, Srs. Deputados, vamos encaminhar um requerimento com referência aos professores suplementaristas: (Lê):

#### "Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Linhares, Digníssimo Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido de que não sejam dispensados de suas atuais funções, os professores suplementares que prestam serviços no Ensino Médio, o que redundará na dispensa de muitos professores suplementaristas.

Dedicando há vários anos sua vida ao Magistério, estes professores suplementaristas que já não possuem nenhuma garantia funcional ou previdenciária veem-se, agora, ameaçados de perderem suas ocupações, em razão das recentes medidas adotadas por aquela Pasta.

A permanência desses professores suplementaristas em suas atuais funções, além de se constituir em ato de justiça, tem ainda o condão de resolver grande problema social, uma vez que são centenas os que se encontram nessa situação.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato".

Sr. Presidente, srs. Deputados, no início de meu discurso lembrei o pronunciamento feito ontem pelo nobre Deputado Armando Queiroz. A situação do Paraná, em diversos setores, é alarmante. As professoras e professores...

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com respeito ao aspecto que aborda V. Exa. neste instante, com a injustiça da distribuição de aulas, verificamos inúmeros casos em todo o Estado, sobretudo no Interior, em municípios pequenos onde infelizmente existe uma política danosa à causa do ensino. Em quantos locais do Interior paranaense, Diretores de escolas, nomeados pelo critério político, e Inspectores de Ensino, cometem injustiças para com professores licenciados. Temos recebido inúmeras reclamações nesse sentido e nem sabemos mais onde nos apegarmos para tentar fazer alguma coisa em favor dos direitos destes professores.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Esses professores e professoras que vêm lutando há mais de 10 anos pelo ensino paranaense e hoje, através de nossos cursos, já estão sendo jogados pelas ruas e futuramente na rua da amargura, pois são crianças, são mulheres e homens que tinham ali seus vencimentos, com suas previsões orçamentárias mensais e encontram-se agora com esse problema, que na realidade é muito grave.

Estamos encaminhando um requerimento ao sr. Secretário de Educação e Cultura, para que ele tome precauções nessa tomada de posição que se vem tornando um problema social no magistério do Paraná.

Apresentamos esse requerimento apelando aos nobres pares desta Casa que o aprovem, para que o Sr. Presidente, através do 1.º Secretário, o encaminhe com urgência, através deste Poder, para que seja resolvida essa situação dos professores suplementaristas do Paraná.

Dessa situação, resultam ainda outros problemas que não queremos citar agora, mas em agosto, quando terminar a desconvoação, mostraremos aqui as outras falhas e erros cometidos, que vêm agravando cada vez mais o problema social paranaense. Não se pode conceber que com tantos cálculos, com funcionários, auxiliares, Secretário de Estado, se possa cometer falhas dessa espécie.

Terminando, gostaríamos novamente de apelar aos srs. Deputados que dêem apoio ao esse requerimento, para solucionar uma situação de verdadeira calamidade.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, sobretudo pela relevante importância de sua função, alvo das mais variadas críticas nos setores diversos. É de grande importância o funcionamento ativo da Secretaria de Educação em qualquer Estado da Nação brasileira. No Paraná, temos observado insistentemente as falhas, os erros, as deficiências, as omissões da Secretaria de Educação e Cultura nos anos atuais. O problema focalizado por V. Exa. é de grande importância. V. Exa. o focaliza no momento oportuno e necessário, com a antecipação suficiente para que o sr. Secretário de Educação e Cultura evite injustiças em relação aos professores suplementaristas que prestaram e vêm prestando inestimáveis serviços à causa da instrução pública de nosso Estado.

É justo que se garanta o direito dos professores concursados, garantindo-lhes a remoção que lhes facilita o desempenho de sua função no magistério, mas é necessário, também, que o sr. Secretário não se esqueça



de garantir os direitos adquiridos dos professores suplementaristas, não os colocando em situação difícil, que possa gerar um problema social. Esses professores suplementaristas não podem ser colocados no olho da rua, sob pena de criar em nosso Estado uma situação de intranquilidade na classe educacional.

Há possibilidade do Secretário de Educação e Cultura atender as reivindicações requeridas, justamente, pelos professores concursados e, ao mesmo tempo, coordenar a colocação de professores suplementaristas em escolas outras que necessitam de mestres para a continuidade de suas funções no campo educacional.

Por isto, nobre Deputado Hélio Manfrinato, é oportuno o requerimento de V. Exa. porque vem prevenir o Secretário contra injustiças que poderão ser cometidas contra suplementaristas. Há necessidade sempre de abordarmos um problema com antecedência necessária para que se procure, da melhor forma, solucioná-lo. Assim, V. Exa., antes de fazer uma crítica apresenta um alerta para que não cometam injustiças.

Encerrando este aparte, por sinal longo, queremos enaltecer a preocupação de V. Exa. porque, realmente, o professor é a alma da cultura e o espírito da paz. Muito obrigado.

O SR. HELIO MANFRINATO — Muito obrigado, Deputado Alvaro Dias pela colaboração de seu aparte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro requerimento que desejo encaminhar...

O sr. Antonio Lopes Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Desculpe Deputado Helio Manfrinato, interrompe-lo, mas desejava não perder a oportunidade em que V. Exa. aborda aspecto da educação no Paraná.

O Professor Suplementarista não pode ser relegado, assim, a um último plano, não pode ser mandado embora de uma hora para outra porque ele marcou uma época na história da educação do Estado do Paraná. Não fora médicos, advogados, contadores, professores normalistas que se dedicaram, nos mais longínquos colégios, e forma o caráter da juventude não tínhamos hoje a expansão do ensino médio do nosso Estado.

Há poucos dias a Comissão de Instrução que tenho a honra de presidir, convocou o Sr. Secretário de Educação e Cultura e aqui perante a Comissão foi abordado o problema do Professor Suplementarista.

As idéias da Comissão estão hoje coincidentes com o que pensa o Sr. Secretário de Educação, no sentido de formar um Quadro de Professores Auxiliares onde serão aproveitados todos os Professores Suplementaristas que tenham, pelo menos, dois anos de exercício. E preciso regulamentar não apenas olhando o aspecto social do professor suplementarista, mas o aspecto do próprio ensino, porque hoje, da maneira como está, basta que o Professor suplementarista tenha boas amizades ou com inspetorias, ou com certos diretores ou com certas comunas — então, o que acontece? — Este professor fica sobrecarregado de aulas, em detrimento de outros talvez mais capazes que não poder dar aulas. Eu como professor que passei 20 anos educando a infância e a juventude, posso dizer isso com a consciência da prática que tenho, não posso admitir que um professor dê aulas em quatro, cinco municípios viajando quase 80 km todos os dias, e que essas aulas sejam eficientes. Conheço alguém que dá aulas em dois municípios, em mais dois municípios e é estudante de Direito em outra cidade, estudante de Filosofia em outra cidade ainda. Então fico pensando: que tempo resta para o preparo das aulas, que tempo resta para o aprimoramento das aulas?

Isso é o que tem desestimulado muitos professores. Eu mesmo, deixei de ser professor justamente por isto. Eu que gastava grande parte do que ganhava com bibliotecas, que tinha bibliotecas imensas apenas a respeito de pronomes, quando outros não se interessavam, não tinham nem competência, outros, mal saídos da escola vinham lecionar, nos mesmos colégios com os mesmos direitos e às percebendo mais!

Por isto a necessidade de a Secretaria de Educação e Cultura — e nós colaborarmos com ela na Comissão da Assembléia Legislativa — constituir, ainda este ano, um quadro de professores suplementaristas, professores auxiliares, para regulamentar esta situação, assim como também, promeu Sua Excelência atendendo a um nosso pedido, que será criado ainda este ano um quadro especial de professores para alunos excepcionais.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sr. Deputado Antonio Lopes Junior, V. Exa. é um dos Deputados que merece o meu respeito, assim como os demais, pelo conhecimento profundo que V. Exa. tem, como professor que foi, do tema em questão. V. Exa. deve conhecer profundamente, portanto, este problema que agrava o suplementarista do Estado, referente às aulas, de professores que dão aulas em dois, três municípios e que à noite ainda estudam nas Faculdades quer de Direito, quer de Filosofia e assim por diante.

Gostaria ainda de trazer ao conhecimento de V. Exa. o caso de professor aqui da Capital do Estado, um professor dedicado a esta luta de Magistério, como o foi V. Exa. Pois bem; no ano passado este professor tinha 14 aulas. É um chefe de família, com esposa, e filhos estudando, portanto, que necessita deste pagamento do Magistério. Este infeliz teve tiradas de si, 10 aulas, restando-lhe apenas 4 aulas por semana. São 10 aulas, Sr. Deputado, que este chefe de família, competente professor formado, tem para manter os seus familiares.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Para tentar fazer alguma coisa em defesa dos direitos dos professores, professores que se formam em faculdades, se deslocam do centro maior para o centro menor à procura de um número de aulas que lhes garanta a subsistência e neste centro menor ele é injustiçado com diretores de escola lhes retirando o número indispensável de aulas para favorecer outros por motivos políticos ou outros motivos alheios à boa causa do ensino. Isto tem acontecido com professores por exemplo os que se formam em Londrina se dirigem a Centenário do Sul para lá, numa cidade menor, encontrar a possibilidade de ministrar a educação e encontrar possibilidade de manutenção, ministrando educação e no entanto lá ainda é injustiçado apesar de todos os anos gastos nos bancos de uma faculdade, ele é relegado a um segundo plano, atendendo interesses políticos que fazem com elementos despreparados, sem condições e alguns que ministram a verdadeira educação, ocupam um lugar que não lhes é devido. V. Exa. focaliza fato acontecido na Capital do Estado e no vasto interior paranaense, este fato se repete numa constância que chega a irritar, nobre Deputado, e o problema focalizado por V. Exa. sobre a remoção de estudantes de uma cidade

para outra, há poucos dias provocou acontecimento lastimável, e os professores, apesar de toda a desassistência, de todo o desestímulo, todo o desamparo, ainda encontram forças suficientes para, depois de um dia inteiro de atividades educacionais caminhar quilômetros de estrada, à procura de uma escola de ensino superior, para aprimorar sua educação intelectual e educacional, são homens que se dedicam ao mister da educação, que procuram este aprimoramento, procurando, digo, percorrendo vários quilômetros para frequentar a faculdade, foram apanhados por uma fatalidade que roubou a vida de dedicados professores e, apesar de tudo isto, de toda esta dedicação, nós não encontramos ainda lamentavelmente, por parte dos poderes públicos o devido reconhecimento.

O SR. HELIO MANFRINATO — Obrigado, nobre deputado Alvaro Dias. V. Exa., também como professor de filosofia, conhecedor profundo da causa, sempre traz aos seus apertes uma forma que nos venha ajudar, colaborando no nosso requerimento e no nosso pensamento na tarde de hoje. Mas, srs. Deputados, sr. Deputado Alvaro Dias, os profissionais liberais como o médico, o advogado, enfim tantas outras profissões, engenheiro, têm a sua classe liberada por ser assim, não depende de comando, nem da Secretaria nem de outro poder público mas o professor, infelizmente, através desta luta e da observância da Secretaria que se torna uma política, tem estes problemas lamentáveis. Nós, futuramente devemos entrar nesta Casa com um requerimento. Sei que de nada vai valer, mas levando ao conhecimento do sr. Ministro Jarbas Passarinho, responsável pelo Ensino no Território Nacional, levando algum subsídio dos problemas que encaminhamos neste Estado. E isto naturalmente, o sr. Ministro não tem conhecimento do que se passa em nossa terra.

Mas este requerimento, ilustres colegas, será julgado hoje à tarde por VV. Exas. E nesta oportunidade, Sr. Presidente, srs. Deputados nós vamos abordar ligeiramente um assunto de alto interesse para o Paraná, com relação ao que o sr. Secretário da Fazenda, que esteve aqui dias próximos passados, disse sobre a economia paranaense, sobre a base fundamental que é a cafeicultura. (Lê):

#### “Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda, Indústria e Comércio e Agricultura, e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que seja revisto o preço do café para a safra cafeeira 1972-73, tendo-se em vista que a elevação constante do custo de vida, ora incidindo sobre adubos, fungicidas e a mão-de-obra, tornam não compensadores os preços atualmente fixados.

O custo da produção e a manutenção das lavouras cafeeiras estão a exigir de nossas autoridades responsáveis, a fixação de um preço justo para o café, que hoje responde pela maior parte de nossas divisas e, no que tange ao Paraná, por aproximadamente 40 por cento de sua receita orçamentária. A política de incentivo à produção lançada pelo Governo Federal, somente será completa se for fixado para o produtor um preço real ao café. Por outro lado, há necessidade de maiores financiamentos bancários, tanto por parte do Banco do Brasil, como pelos demais estabelecimentos de crédito dos Estados, a fim de que possa dar a esta lavoura o verdadeiro equilíbrio financeiro que a mesma necessita.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta tese sobre o café, já foi debatida na Tribuna desta Casa por diversos srs. Deputados. E hoje nós verificamos sobre o financiamento do novo plantio verificamos que o Governo através do Banco do Brasil e do Banco do Estado, está fornecendo um financiamento de três cruzeiros por pé de café na região Norte do Estado.

Pois está ingressando, sr. Presidente, srs. Deputados, marginais, parte de marginais que nada entendem de café tirando financiamento para o referido plantio. Quanto aos que já convivem há muitos anos com a cafeicultura, entendendo profundo da cafeicultura brasileira, estes homens, têm dificuldade no financiamento, na renovação ou na reformulação da lavoura do nosso Estado.

Este requerimento que ora estamos encaminhando aos srs. Ministros responsáveis pelo Tesouro Nacional, pelos problemas do IBC, é para verificar se eles sentem a necessidade de elaborar um novo plano para que os cafeicultores paranaenses tenham condições de melhorar o financiamento. Pois este é o requerimento que encaminho nesta tarde de hoje, sr. Presidente, srs. Deputados. Desde o preço do adubo, ao preço de mão de obra, de fungicida e de outros produtos, agravados com o problema climático que vem sobrecair nesta cafeicultura paranaense. Isto tudo calculado, sr. Presidente, a safra de um mil pés de cafés vem custar quase o que se gasta, deixando lucros irrisórios.

Este requerimento talvez seja um alerta aos responsáveis, para que eles tenham conhecimento; porque não é só financiar 3 cruzeiros por pé de café, que vai reativar a agricultura cafeeira paranaense.

Nós pensamos numa solução melhor, que seria o Governo ajudar os cafeicultores que estão marginalizados sem financiamento e ainda com o problema da ferrugem; sem instrução necessária para combatê-la.

Apresentaremos um Requerimento no sentido de que o sr. Secretário de Agricultura saiba que os pequenos cafeicultores não têm condições de comprar equipamento; máquinas; não tem dinheiro para comprar fungicida. E é isto, srs. Deputados que nós, através da Tribuna, somente e do nosso Requerimento, em que vivemos lá no meio dos cafeicultores paranaenses na minha região principalmente, Cianorte, região agro-pecuária, ou seja 50% de cafeicultura e outras lavouras mistas e invernações, e tenho conhecimento profundo ao dialogar com os cafeicultores da minha região. E esta região que já sente o efeito deste fungo; e de outras regiões como Londrina, São João do Caiuá e outras, onde os técnicos já comprovaram que existe fungo, ou seja, o esporo já se assentou.

Assim, fazemos um Requerimento ao Sr. Secretário da Agricultura, para que assine convenio com o Banco do Estado para que ele financie a compra de máquinas a prazo longo, ao pequeno cafeicultor, para que tenha condições de abater ou deter este fungo que é um problema de alta gravidade para a cafeicultura brasileira.

Era isto que tinha a dizer nesta tarde de hoje e, na oportunidade em que o recesso já se encaminha, dentro de 4 dias. E neste mês talvez seja o meu último pronunciamento, voltando em agosto, se Deus quiser.



Na oportunidade, quero desejar aos meus ilustres Pares e aos seus familiares um feliz recesso e que voltemos com o mesmo pensamento em agosto, de ajudar o nosso Paraná a resolver os seus problemas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a grata satisfação de anunciar a presença em Plenário do Sr. Antônio Lopes Noronha, Diretor da Polícia Civil do Estado.

Esta Presidência informa que após a distribuição do Avulso do Diário da Assembléia aos Srs. Deputados, referente à Proposição n. 122-72, Proposta de Emenda à Constituição, dando nova Redação ao Art. 15 da Carta Estadual, de acordo com o disposto no art. 197, da Resolução n. 2-71. — Recebida e publicada a Proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de Emendas". O mesmo será de 28 a 30 do corrente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, necessitando de apoio. Apoio. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, necessita de apoio. Apoio. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Resolução n. 14-72, ex-Proposição n. 109-72, aprova o termo do Convênio celebrado em 29-7-70, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 127-70, autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspetoria Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon e Jurisdição nos Municípios que especifica.

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 2-71, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n. 5.410, de 20 de outubro de 1966. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 107-71, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n. 45-E com 4,70 hectares, seção Água Grande da Gleba Rio Mourão naquele Município. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 135-71, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 175-71, cria um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 198-71, denomina "Desembargador Antônio de Paula", Estabelecimento de Ensino de grau médio, sediada na Capital do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 223-71, declara de Utilidade Pública, o Clube Cultural Social e Recreativo (JUDIMA), da cidade de Mandaguai. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 28-72, Mensagem n. 7-72, encaminhando anteprojeto introduzindo alterações à Lei n. 5.971, de 24-7-69, que dispõe sobre a Fundo de Crédito Agropecuário. — **Aprovado.**

**Votação em Redação Final** — do Projeto de Lei n. 244-70, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de grau colegial, em Andrianópolis, e dá outras providências. — **Aprovado.**

**Votação em 3.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 84-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Técnica, no Município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

**Votação em 2.ª Discussão** — do Projeto de Resolução n. 15-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 104-72, aprova termo de acordo n. 21-71, celebrado em 13-10-71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamizar o Fundo de Águas e Esgotos — FAE do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**Votação em 2.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 132-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo constituir a "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná "CINTEAPA", com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito Municipal, identificadas como Alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**Votação em 2.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 139-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio através do D.E.R., com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede deste à Rodovia Maringá-Umuarama (PR-36). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**Votação em 2.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 148-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo delegar poderes à "FUNDEPAR", para informar Convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio Escolar para o "Grupo Escolar Copacabana do Norte". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**Votação em 1.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 149-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao art. 356, da Lei n. 6.174, de 61 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

**Votação em 1.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 83-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dispõe sobre anistia fiscal aos contribuintes do I.C.M., como específica. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

**1.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 72-72, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto que doa, ao Aeroclube do Paraná, a aeronave tipo CESSNA 180, prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 72-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Aeroclube do Paraná, a aeronave tipo Cessna 180, prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões 5 de junho de 1972

(a) Borsari Netto

#### JUSTIFICATIVA:

É altamente significativa a medida objetivada através do plano de lei em questão. O Aeroclube do Paraná, (declarado de utilidade pública pelo Decreto-Lei Federal n. 205, de 27-2-67), é uma entidade consagrada pela opinião pública, eis que, vem prestando notórios e inequívocos serviços à coletividade, mormente na formação de pilotos e pára-quedistas, mediante cursos regulares que mantém e, ainda, pela sua brilhante participação em competições (pára-quedismo e outras), onde tem conseguido excelentes colocações, o que, sobremaneira, tem engrandecido e projetado nosso Estado além de fronteiras. O "brevet" de piloto civil fornecido por Aeroclubes, vale, de acordo com a legislação federal, como prestação de serviço militar.

Há ainda a ressaltar, a prestação pelo Aeroclube do Paraná, dentro do espírito de atender o que seja de utilidade pública, dos seguintes serviços de relevância:

- a) — Vôos de coqueluche — conduzindo crianças com coqueluche;
- b) — Coberturas jornalísticas — conduzindo repórteres para coberturas de fatos de interesse público;
- c) — policiamento — vôos para acompanhamento de movimentos de rodovias;
- d) — fiscalização de regatas — destaque de aeronaves para fiscalização de barcos em competições;
- e) — apresentações beneficentes;
- f) — homenagens aéreas;
- g) — vôos de buscas — auxiliando localização de contrabandos, afogados e aviões acidentados; orientando bombeiros em combates e incêndios e transportando medicamentos.

Face o recente acidente aviário ocorrido nesta Capital — quando lastimavelmente foram ceifadas quatro preciosas vidas o Aeroclube ficou praticamente impossibilitado de continuar cumprindo normalmente suas finalidades, pois não tem nenhuma possibilidade de substituir o aparelho acidentado por outro em adequadas condições de uso.

Assim sendo e tendo o autor desta proposição tomado conhecimento de que o Governo do Estado possui em sua frota uma aeronave de valor relativamente pequeno, do tipo "Cessna 180 (PP-ETN)" perfeitamente adequada ao pára-quedismo e treinamento, a qual está em concorrência para venda, é que submetemos aos nossos ilustres Pares, projeto de lei autorizando o Poder Executivo a proceder a doação de tal aeronave ao Aeroclube do Paraná, medida essa que esperamos seja aprovada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O projeto é legal e constitucional. O meu voto é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em... de junho de 1972

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso — Maurício Fruct — Ovídio Franzoni — Cândido M. de Oliveira — Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ari Borba Carneiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bim. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro de Minas e Energia, no sentido de ser concedida isenção da cobrança de "demanda" em transformadores de capacidade superior a 45 KVA, localizados em zona rural. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dr. Mário Machado Lemos, por sua nomeação e posse no cargo de Ministro da Saúde. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dr. Hélio Brandão pelo recebimento do "Pinhão de Ouro", laurea que anualmente é outorgada pela União Cívica Feminina às personalidades que se destacam no trabalho pelo desenvolvimento da comunidade curitibana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufafa, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja determinado o cumprimento à sentença dada no Processo n. 1.537-68. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, lido da Tribuna solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministros da Fazenda, Indústria e Comércio, Agricultura e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café no sentido de que seja revisto o preço do café, para a safra cafeeira de 1972-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja inserto na Ata dos trabalhos de hoje registro do Centenário de Nascimento do Sr. Eurides Cunha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dr. Ozias Algauer, Delegado de Ordem Política e Social no Paraná, pelo recebimento da Medalha "Mérito de Tamandaré". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando uma Comissão Especial, para estudar e apresentar dentro de 15 dias, um plano de emergência para suavizar esse problema de acidentes de trânsito na Capital e rodovias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, lido da Tribuna solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido de que não sejam dispensados de suas atuais funções, os professores suplementaristas que prestam serviço no Ensino Médio do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 72-72, com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Reverendo Tanani pela inauguração do novo templo da Igreja Evangélica Holines do Brasil, com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando tenha caráter oficial a visita que fará aos Estados Unidos, no período de 3 de julho a 11 de agosto do corrente e que sua ausência no referido período seja justificada, nos termos do art. 1.º da Resolução n.º 9-69, sem o ressarcimento das despesas que serão efetuadas, com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja determinada construção de uma cadeia pública no Município de Araucária, com a sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Direção da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procopio, pelo Decreto Presidencial do último dia 20, quando foi homologado oficialmente o seu reconhecimento, com a sua discussão encerrada. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora Regimental, com a seguinte

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 132-71, 139-71, 148-71.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 149-71, 83-72, 72-72.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções n.ºs 16-72, 17-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 70-71, 230-71, 255-71, 18-72, 37-72.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N. 194-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4685-72, de 19 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, nos termos do disposto no Art. 308, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários Paulo de Tarso de Oliveira Abbas, Luiz Fernando Malheiros Carneiro e Durval Daros, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, encarregada de promover a apuração de irregularidade indicada no processo protocolado sob o n.º 4685-72, de 19 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 195-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.744-72, de 20 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

lotar Glacy Terezinha Gondro, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 196-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.730, de 20 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Dulcídio Rocha Caldeira Junior, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 21 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 197-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.742, de 20 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Maria Lidia Ratzk, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 20 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 198-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.754, de 21 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a José Renato Duarte, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 21 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 199-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.830, de 22 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Gerson Nemes, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 04 de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 200-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.806, de 22 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Rogério Antônio Souza do Nascimento, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 26 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 201-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.788, de 21 de junho de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Maria do Rocio Medeiros Witoslawski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, a partir de 12 de junho de 1972, nos termos do disposto pelo Art. 236, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral